

BOLETIM

INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP

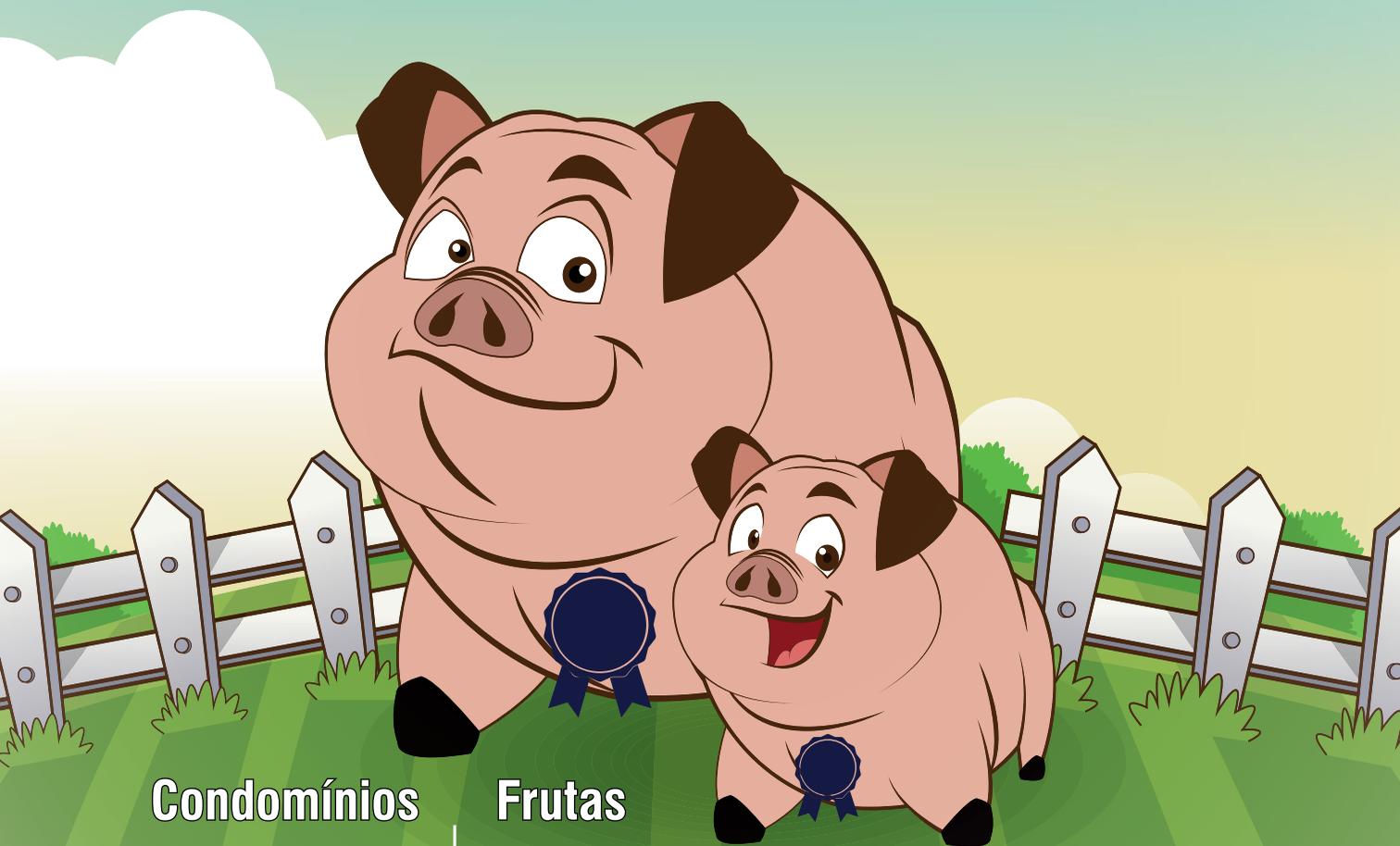


Ano XXIV nº 1347 - 06/06/2016 a 12/06/2016

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

SANIDADE

LIVRES DA PESTE SUINA CLÁSSICA



Condomínios

Produtores unidos para gastar menos

Frutas

Em Tijucas, a salvação veio do morango

www.sistemafaep.org.br

E o PIB brasileiro encolheu. De novo. Os dados saíram no dia 1º de junho, e assustam: na comparação do primeiro trimestre deste ano com o mesmo período de 2015, a geração de riquezas no Brasil caiu 5,4%. Desta vez, nem a agropecuária salvou-se. Na mesma comparação, o recuo foi de 3,7%. A causa desse recuo foi meteorológica. As dificuldades que o tempo trouxe para as lavouras abateram o PIB do setor agropecuário

O que se espera é que esse seja o último movimento de queda. Com a posse de Michel Temer como presidente interino, vieram algumas mudanças de política que podem ajudar a tirar o país do atoleiro.

Ajudar, sublinhe-se. É que a retomada só pode ocorrer de verdade se for a partir do esforço da iniciativa privada nacional. É ela quem, de fato, faz o país crescer. E o produtor rural, claro, continuará fazendo a sua parte e dando sua contribuição para dar fim à recessão.

Nesta edição o leitor encontra um apanhado sobre a conjuntura econômica e das safras, junto com notícias de uma grande variedade de temas que interessam ao produtor rural: opções de diversificação, modos de repartir os custos de produção (com o uso de compras coletivas), resoluções do Conselho Monetário Nacional que influenciam a contratação de crédito, e muito mais.

Boa leitura!

Índice

Conjuntura - Safra	03
Conjuntura - PIB	05
Notas	06
Consecana	07
Sanidade Animal	08
Bem-estar	12
Morango	14
Crédito Agrícola	16
Amendoim	18
Cooperação	20
Café	22
Agrinho	24
Ofícios	26
Eventos Sindicais	28
Via Rápida	30

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Caldato, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santarozza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP; Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal: Sebastião Olimpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo

Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon | **Editor:** Franco Iacomini | **Redação e Revisão:** Hemely Cardoso, André Amorim e Carlos Guimarães Filho | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuei

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da edição 1347: Fernando Santos, Milton Doria, Shutterstock, Divulgação e Arquivo FAEP

Como vai a safra?

Chuvas reduzem produção de soja e estiagem causa perda de 17% na segunda safra de feijão



O Departamento de Economia Rural (Derar) da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Seab) divulgou em 25 de maio um novo levantamento de estimativas e condições da safra 2015/16 no Estado do Paraná para as culturas de soja, milho, feijão e trigo. Os dados foram coletados e analisados pelo engenheiro agrônomo Fernando Aggio, da FAEP, que elaborou o relatório abaixo.

SOJA

A safra se encontra com 100% da área colhida no Paraná. A área cultivada foi de 5.274.340 hectares (ha), 3% maior que a da safra anterior. A produtividade estimada inicialmente era de 3.436 kg/ha, mas,

devido a chuvas ocorridas tanto no plantio quanto na colheita, a estimativa ficou em 3.178 kg/ha, 4% abaixo do período anterior. A produção esperada no início da safra era de 18,08 milhões de toneladas, mas deve se concretizar em aproximadamente 16,75 milhões. Cerca de 70% da soja da safra 2015/16 já está negociada.

A qualidade do produto colhido foi variável, ocorrendo perdas por grãos ardidos, germinados e mofados em algumas áreas colhidas depois das chuvas do final de fevereiro nas regiões Norte e Noroeste do Estado. A produtividade também não foi uniforme com áreas apresentando grande variação em lavouras de uma mesma região e até mesmo dentro de uma mesma propriedade. Apesar da

menor produtividade, os preços pagos ao produtor estão atrativos, mantendo a rentabilidade da cultura.

MILHO 1ª safra

A 1ª safra está com 100% da área colhida e o produto colhido apresentou boa qualidade. A área total plantada foi de 423.695 hectares, sendo 22% menor do que a safra do ano anterior. A produção foi de 3.406.860 toneladas, 27% menor do que a produção da safra 2014/15. A produtividade esperada inicialmente era acima de 8.500 kg/ha, mas se concretizou em 8.047 kg/ha, 6% menor do que a safra 2014/2015. A queda de produtivi-

dade ocorreu devido ao excesso de chuvas na colheita e baixa luminosidade com chuvas excessivas na fase vegetativa da cultura, no mês de novembro de 2015.

MILHO 2ª safra

A 2ª safra está com 100% da área plantada. 1% em desenvolvimento vegetativo, 12% em floração, 54% no estágio de frutificação, 33% em maturação e 1% colhido. 74% das lavouras consideradas em boas condições, 23% em condições médias e 3% em condições ruins.

A área total plantada é de 2.205.925 ha, sendo 14% maior do que a da safra do ano anterior. A produção esperada é de 12.134.376 t, 5% maior do que a produção da 2ª safra de 2015. Apesar do aumento de área, a produtividade esperada é de 5.504 kg/ha, 8% menor que a safra do ano passado.

As regiões Norte e Oeste do Estado sofreram com um período de mais de 20 dias com falta de chuvas e altas temperaturas no mês de abril, impactando a cultura e causando a diminuição da previsão de produtividade.

FEIJÃO 2ª safra

A 2ª safra de feijão está com 100% da área plantada e 79% da área colhida. Do feijão ainda a ser colhido, 12% está no estágio de frutificação e 88% no estágio de maturação. A área plantada se concretizou em 205.459 ha, 2% menor que a da 2ª safra de 2015. A produção estimada é de 318.262 toneladas, 17% menor que a anterior e com rendimento estimado em 1.560 kg/ha, 15% menor do que a 2ª safra de 2015.

As perdas na cultura do feijão ocorreram principalmente devido ao período de estiagem na florada e algumas chuvas

no período da colheita durante o mês de maio. A qualidade do produto foi variável, com aproximadamente 20% do produto colhido apresentando qualidade ruim.

TRIGO

A safra de trigo 2016 tem uma área estimada em 1.148.251 ha, sendo 15% menor que a safra 2015. A produção esperada é de 3,48 milhões de toneladas, 6% maior que em 2015 e a produtividade é estimada em 3.023 kg/ha, 23% maior que a da safra passada. O plantio teve início no mês de abril a está com 59% da área plantada, 30% em estágio de germinação e 70% em desenvolvimento vegetativo. 100% das lavouras consideradas em boas condições de desenvolvimento. O plantio deve se encerrar no mês de junho na região centro sul do estado e provavelmente se encerra no início de julho.

ESTIMATIVA DE ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DAS SAFRAS 14/15 - 15/16

CULTURAS	Área (mil ha)			Produção (toneladas)			Rendimento (kg/ha)		
	14/15	15/16	%	14/15	15/16	%	14/15	15/16	%
Feijão 1ª	193	183	-5	324.398	289.850	-11	1.698	1.633	-4
Feijão 2ª	210	205	-2	385.367	318.262	-17	1.838	1.560	-15
Milho 1ª	542	424	-22	4.637.882	3.406.860	-27	8.571	8.047	-6
Milho 2ª	1.928	2.206	14	11.569.770	12.134.376	5	6.001	5.504	-8
Soja	5.107	5.274	3	16.957.041	16.747.043	-1	3.321	3.178	-4
Trigo	1.346	1.148	-15	3.284.761	3.471.037	6	2.448	3.023	23

Fonte: Seab/Deral - Elaboração: DTE/FAEP

PREÇOS MÉDIOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES

PRODUTOS	VALORES			
	abr/15	abr/16	Variação	Preço 25/05/2016
Soja	57,57	66,01	14,66%	76,92
Milho	20,87	37,18	78,15%	40,86
Feijão de cor	119,20	208,39	74,82%	251,56
Feijão preto	110,51	142,82	29,24%	151,64
Trigo	34,37	40,81	18,74%	42,41

Fonte: Seab/Deral - Elaboração: DTE/FAEP

Nem o agro aguentou

Depois de “segurar” a queda durante vários trimestres consecutivos, PIB do agronegócio caiu no período de janeiro a março. No Paraná, recuo foi menor

Por Tânia Moreira Alberti, economista da FAEP



O Produto Interno Bruto (PIB) nacional registrou uma queda de 5,4% na comparação do primeiro trimestre de 2016 com o mesmo período do ano passado. Foi o quinto resultado negativo consecutivo para o país. Nesta mesma comparação, o PIB do agronegócio brasileiro apresentou recuo de 3,7%. Os dados foram divulgados no dia 1º de junho.

No Paraná, a queda foi mais suave. O PIB paranaense registrou recuo de 2,4% na comparação com o período janeiro-março de 2015, de acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES).

O Estado apresentou trajetória mais suave para todas as atividades, com destaque para a agropecuária, que impediu que o PIB tivesse um tombo ainda maior. No Paraná, foi a única atividade a ter desempenho positivo. No acumulado dos últimos doze meses a agropecuária paranaense cresceu 1,3%, enquan-

to a agropecuária nacional recuou 1%. A indústria paranaense recuou 6,9%, e a nacional 7,3%. O setor de serviços no Paraná apresentou recuo de 1,2%, enquanto no nacional, o recuo foi de 3,7%, segundo o IPARDES.

No primeiro trimestre de ano, comparado ao primeiro trimestre de 2015, a agropecuária paranaense apresentou recuo de 0,3%, devido à quebra de safra que impediu que o resultado fosse melhor. Segundo avaliação do IPARDES “o Paraná, por sua própria estrutura econômica, com forte presença do agronegócio e das exportações, terá uma velocidade de recuperação mais rápida”.

A taxa de desemprego no interior do Estado está em 7% enquanto no Brasil a média é de 11,2%. Segundo o Caged, em abril foram perdidas 1.163 vagas de empregos formais no Estado. A agropecuária contribuiu com a criação de 317 vagas formais, enquanto outras atividades acumularam perdas.

Culpa do El Niño

No agronegócio brasileiro, a queda do PIB é justificada pelas menores estimativas de produção para o milho, arroz, café, feijão, fumo, cana-de-açúcar, entre outros produtos, que foram prejudicados pela condição climática provocada pelo fenômeno El Niño, um dos mais intensos dos últimos anos. A produção nacional de grãos é estimada com redução de 2,5% em relação à última safra, segundo levantamento da Companhia Nacional do Abastecimento (Conab) feito em maio.

O recuo da indústria foi de 1,2% e dos serviços 0,2%. Sob outra ótica, o consumo das famílias caiu 1,7%, pela quinta vez consecutiva, com um dos piores resultados da série histórica na comparação trimestral. As exportações tiveram alta de 6,5% e o consumo do governo de 1,1%.

Previsões para o ano

O recuo de 5,4% no PIB nacional foi o pior resultado desde 1996, início da série histórica do IBGE. Nos levantamentos anteriores, o agronegócio era a única atividade que vinha apresentando resultado positivo, sendo afetada agora pelas condições climáticas. Anteriormente, o último resultado negativo para o PIB agro havia sido registrado em 2012, devido a perdas de safra.

De acordo com estimativas de mercado, o agronegócio brasileiro deverá encerrar 2016 com variação positiva estimada entre 0,9 a 2,0%. As estimativas para o PIB nacional apontam para recuo maior que 3,0%, após recuo histórico em 2015 de 3,8%. Segundo as estimativas, por mais um ano, o agronegócio será a única atividade a apresentar desempenho positivo, se o clima assim permitir, devido ao receio da formação do La Niña.

NOTAS



Seminário de Fruticultura no Vale do Ivaí

Com objetivo de dinamizar a produção de frutas de qualidade na região Norte do Paraná, foi realizado no último dia 16 de maio o 1º Seminário de Fruticultura e Conservação de Solos e Água do Vale do Ivaí. O evento foi realizado em Jandaia do Sul e reuniu participantes de 27 municípios que integram o programa “Vale do Ivaí”, reunindo mais de 300 pessoas. Na ocasião os produtores puderam conhecer modelos de produção bem sucedidos, que agregam a fruticultura ao turismo rural, diversificando a renda.

Seminários Tendências de Mercado de Grãos

A FAEP realizará, entre 20 e 28 de julho, em diversas regiões do Paraná, o Seminário Tendência de Mercados de Grãos. Nos eventos, o analista Flávio França Júnior levará aos participantes informações e tendências para a agricultura paranaense. Os eventos acontecerão nas cidades de Cornélio Procópio, Londrina, Maringá, Campo Mourão, Cascavel, Pato Branco, Ponta Grossa e Guarapuava.



Geller no Mapa

O ex-ministro da Agricultura Neri Geller foi nomeado no último dia 02 de junho como secretário de política agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O gaúcho Geller foi titular da pasta entre março de 2014 e janeiro de 2015, quando assumiu Kátia Abreu.

Conselho dos produtores de cana-de-açúcar do Estado do Paraná / CONSECANA-PR

RESOLUÇÃO Nº 03 - SAFRA 2016/2017

Os Conselheiros do Consecana-Paraná reunidos no dia 25 de maio de 2016 na sede da Alcopar, na cidade de Maringá, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprovam e divulgam o preço do ATR realizado em maio de 2016 e a projeção atualizada do preço da tonelada de cana-de-açúcar básica para a safra de 2016/2017, que passam a vigorar a partir de 1º de junho de 2016. Os preços médios do Kg do ATR, por produto, obtidos no mês de maio de 2016 conforme levantamento efetuado pelo Departamento de Economia Rural (Deral) e Extensão da Universidade Federal do Paraná (UFPR), são apresentados a seguir:

PREÇO DO ATR REALIZADO EM MAIO 2016 - SAFRA 2016/17 (PREÇOS EM REAIS À VISTA)

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU (SEM IMPOSTOS)

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
62AMI	0,68%	54,12	2,17%	55,04
AME	26,94%	55,82	21,23%	57,12
EAC - ME	1,50%	1.601,48	1,74%	2.031,49
EAC - MI	28,12%	1.573,18	28,49%	1.689,20
EA - of	0,13%	1.584,51	0,13%	1.655,12
EHC - ME	1,54%	1.792,02	0,84%	1.792,02
EHC - MI	40,77%	1.379,85	45,01%	1.488,96
EH - of	0,33%	1.397,60	0,38%	1.478,15
obs: EAC - ME + MI + of	29,75%	1.574,65	30,36%	1.708,70
EHC - ME - MI + of	42,63%	1.394,84	46,23%	1.494,37

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	0,68%	0,6137	2,17%	0,6241
AME	26,94%	0,6355	21,23%	0,6503
EAC - ME	1,50%	0,5634	1,74%	0,7147
EAC - MI	28,12%	0,5535	28,49%	0,5943
EA - of	0,13%	0,5575	0,13%	0,5823
EHC - ME	1,54%	0,6580	0,84%	0,6580
EHC - MI	40,77%	0,5066	45,01%	0,5467
EH - of	0,33%	0,5132	0,38%	0,5427
Média		0,5585		0,5878
obs: EAC - ME + MI + of	29,75%	0,5540	30,36%	0,6012
EHC - ME - MI + of	42,63%	0,5121	46,23%	0,5487

PROJEÇÃO DE PREÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR - SAFRA 2016/17 (PREÇOS EM REAIS À VISTA)

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU (SEM IMPOSTOS)

Produtos	Mix	Média
AMI	0,25%	55,04
AME	51,66%	55,54
EAC - ME	0,20%	2.031,49
EAC - MI	18,23%	1.603,50
EA - of	0,02%	1.655,12
EHC - ME	0,10%	1.792,02
EHC - MI	29,49%	1.415,65
EH - of	0,04%	1.478,15

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mix	Média
AMI	0,25%	0,6241
AME	51,66%	0,6323
EAC - ME	0,20%	0,7147
EAC - MI	18,23%	0,5641
EA - of	0,02%	0,5823
EHC - ME	0,10%	0,6580
EHC - MI	29,49%	0,5198
EH - of	0,04%	0,5427
Média		0,5868

PROJEÇÃO DO PREÇO DA CANA BÁSICA R\$/TON 121,9676Kg ATR

	CAMPO	ESTEIRA
PREÇO BÁSICO	64,08	71,57
PIS/COFINS	-	-
TOTAL	64,08	71,57

Maringá, 25 de maio de 2016

PAULO SYDNEI ZAMBON / Repres. Presidente
ANA THEREZA DA COSTA RIBEIRO / Presidente

PAULO ROBERTO MISQUEVIS / Vice - Presidente

O primeiro passo foi dado

OIE reconhece o Paraná como área livre de Peste Suína Clássica, mas a medida que poderá abrir novos mercados e dar um ganho de competitividade à carne paranaense é a área livre de febre aftosa sem vacinação

Por André Amorim



No dia 26 de maio, durante sua 84ª Sessão Geral, realizada em Paris, a Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) reconheceu o Paraná como Área Livre de Peste Suína Clássica. Isso significa que os 180 países membros da organização consideraram que a doença está erradicada por aqui. Além do Paraná, foram certificados mais 12 Estados (Acre, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Tocantins, São Paulo, Mato Grosso, Rio de Janeiro e Rondônia) e o Distrito Federal.

Essa não é a primeira vez que o Estado busca essa certificação. Em maio de 2015, Santa Catarina e Rio Grande do Sul obtiveram este status, mas o Paraná ficou de fora. A rigor, o Estado já está livre da Peste Suína Clássica (PSC) desde 1994. Naquele tempo, apenas o Ministério da Agricultura Pecuária e Abasteci-

mento (Mapa) fazia esse reconhecimento. A OIE passou a certificar esse status apenas no ano passado. Em 2005 a organização informou que passaria a fazer esse tipo de reconhecimento em 2015, para que os países tivessem tempo para se adequar às regras. Em 2009 o Mapa publicou uma série de medidas para que os Estados se ajustassem aos critérios da organização.

Na opinião de produtores e especialistas, esse reconhecimento não deve abrir novos mercados, mas sim garantir os mercados que já existem, no caso de algum país comprador de carne suína passar a pedir esta certificação, que até pouco tempo atrás não existia. Esse talvez seja o resultado mais interessante desta certificação: eliminar a possibilidade de criação de barreiras sanitárias legais sobre os nossos produtos.

A FAEP vem acompanhando de perto a questão sanitária da carne paranaense, participando das reuniões da OIE e trabalhando internamente junto a autoridades estaduais e federais para tornar nossa carne mais competitiva no mercado internacional. Neste episódio não foi diferente: o assessor da presidência da FAEP e ex-secretário da Agricultura do Paraná, Antônio Poloni foi o único paranaense a participar da sessão geral da OIE.

Dentre os resultados positivos do novo status sanitário, Poloni destaca, além da garantia da manutenção dos mercados já existentes, a oportunidade de ganhar novos mercados no futuro quando atingirmos o status de Estado livre da febre aftosa sem vacinação. “Além disso, esse status de área livre de peste suína clássica pode nos favorecer no caso de ocorrer uma emergência sanitária em outro país exportador e nós conquistarmos os mercados que ele atendia”, observa.

Aftosa sem vacinação

Apesar da nova certificação ser positiva, ela ainda é apenas mais uma etapa a ser cumprida para o reconhecimento da qualidade da carne paranaense. O próximo passo é adquirir o status internacional de Área Livre de Febre Aftosa sem Vacinação. Essa, sim, será uma medida capaz de colocar a carne paranaense em mercados mais exigentes e que pagam mais pela qualidade, como Japão, Coréia do Sul e União Europeia. “A certificação da Peste

Suína Clássica é, certamente, um passo importante, mas não é o suficiente para o que a cadeia suinícola pode e merece no Paraná”, destaca o secretário estadual de Agricultura, Norberto Ortigara.

Segundo ele, para que o Paraná conquiste esse reconhecimento é preciso enfrentar questões técnicas e políticas. No quesito técnico, falta instalar barreiras fixas nos limites interestaduais para realizar a vigilância e contratar mais profissionais para a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar). Foi realizado um concurso para contratação de 200 profissionais, mas até o momento apenas 133 tomaram posse.

A questão política, segundo ele, refere-se a um descompasso do Paraná com o Mato Grosso do Sul no que se refere à capacidade de ação dos órgãos de defesa sanitária. É muito comum que pecuaristas paranaenses utilizem territórios na região Sul do Estado vizinho para realizar cria e recria de gado, trazendo depois os animais para o Paraná, a fim de terminá-los. Desse modo, o ideal seria que os dois Estados buscassem juntos o status de área livre de febre aftosa sem vacinação. De outro modo, nossas fronteiras estariam fechadas para bovinos e suínos vindos de áreas que não foram certificadas.

Atualmente apenas Santa Catarina possui esse status em todo Brasil. Vale lembrar que os suínos não são vacinados - nem devem ser - contra a febre aftosa. O papel deles é o de “sentinelas”. Se existe algum surto da doença, eles são os primeiros a adoecer e alertam os produtores que existe risco para o gado.





De acordo com o presidente da Adapar, Inácio Kroetz, é perfeitamente possível parar de vacinar, desde que seja feita vigilância efetiva. “O mundo já parou de vacinar há tempos, já se sabe que se pode conviver sem vacinação”, pontua. Na sua opinião, o rebanho paranaense é um patrimônio maior do que a receita obtida com a exportação. “Não fazemos defesa sanitária para exportação, mas quando tivermos um rebanho protegido, ele se exporta sozinho”, diz.

Dentre os entraves para a obtenção desse status, segundo Kroetz, está a estruturação do serviço de defesa sanitária e a união dos interesses do setor produtivo por esta causa. Pesa fortemente sobre o primeiro ponto a burocracia estatal. “Nem sempre o Estado tem dinheiro na mão, é tudo muito burocrático, demora muito. Enquanto isso, o vírus se espalha”, pondera.

Uma das medidas que podem ajudar a ampliar essa estrutura de fiscalização é a Lei nº 18.669, sancionada em dezembro do ano passado, que estabelece que “Veículos transportando animais vivos de interesse da defesa agropecuária com valor comercial agregado destinados à cria, recria, engorda, reprodução ou abate deverão também, obrigatoriamente, parar nos postos de fiscalização da Polícia Rodoviária Estadual em todo o Estado do Paraná”. A medida também prevê que, na falta de fiscais da Adapar nos postos da Polícia Rodoviária Estadual, o Estado pode definir um agente público substituto para avaliar a carga e a documentação,

que poderia ser um policial rodoviário estadual. “Com isso vamos mais do que dobrar o número de postos fixos”, afirma Kroetz.

Outro requisito para manter o Paraná no caminho da certificação de área livre de febre aftosa sem vacinação é o inquérito soroepidemiológico, que indica como está a sanidade dos nossos rebanhos. Esse trabalho é feito a cada dois anos, são escolhidas cerca de 300 propriedades que tenham representatividade amostral no Estado e em cada uma delas são colhidas amostras de sangue de 10 animais. Nos próximos meses a Adapar deve iniciar um novo inquérito como esse no Paraná.

Frente internacional

Em outro front, a comunidade internacional se mobiliza para buscar soluções conjuntas para erradicar a febre aftosa do continente. Em abril deste ano, a Comissão Sul-Americana para a Luta Contra a Febre Aftosa (Cosalfa) reuniu-se no Uruguai para discutir medidas conjuntas para que os 13 países integrantes consigam eliminar a doença até 2020.

Na ocasião, o grupo de nações elencou sete resoluções para intensificar o trabalho de combate à doença. Dentre as medidas estão a criação de um banco de vacinas para atender aos países membros no caso de uma emergência, a aplicação de uma car-

tilha de orientação para que todos os países membros cumpriram os mesmos procedimentos. “Acredito que nos próximos três anos vamos avançar bastante neste tema, principalmente o Paraná, onde falta muito pouco para obter esse status, apenas umas questões técnicas”, afirma Antônio Poloni, que participou do evento.

Outra boa novidade vem da última sessão geral da OIE. Segundo Poloni, na ocasião houve um avanço no posicionamento do continente americano, na qual um país passou a falar por todos os integrantes do continente. “Isso é muito positivo, pois representa uma homogeneização dos procedimentos em escala continental. Isso já ocorre na União Europeia e na África há muito tempo”, afirma. Segundo ele, com isso há uma maior união de esforços na questão sanitária, que no futuro também irá favorecer questões comerciais entre os países.

Importância econômica da suinocultura

A importância da suinocultura na economia paranaense é outro motivo para cuidar cada vez melhor da sanidade dos nossos rebanhos. O Estado tem o terceiro maior plantel do Brasil, mas é o primeiro em número de abates. Isso porque muitas empresas e cooperativas instalaram seus frigoríficos e unidades de processamento no Paraná, trazendo animais de outros Estados para serem abatidos aqui.

De acordo com o presidente da Associação Paranaense de Suinocultores, Jacir José Dariva, o plantel paranaense soma 5,7 milhões de cabeças, sendo 320 mil matrizes. O número de produtores comerciais, segundo o Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria Estadual de Agricultura e

Abastecimento (Seab), gira em torno de 30 mil. Já os produtores ocasionais, que produzem de forma mais artesanal e para consumo próprio, somam 105 mil, totalizando um universo de 135 mil suinocultores.

O suíno representa 6,21% do Valor Bruto de Produção (VBP) do Estado, com R\$ 4,38 bilhões. Trata-se do 6º maior VBP do Paraná. Dentre os principais municípios produtores Toledo aparece em primeiro lugar, com 16,16% do VBP da suinocultura paranaense, seguido de Marechal Cândido Rondon, com 6,51% e Nova Santa Rosa com 3,97%.

Segundo Dariva, o setor suinícola do Paraná vinha crescendo num ritmo intenso nos últimos anos. “Se continuássemos assim seríamos os primeiros do Brasil, mas com essa questão do preço do milho o pessoal tirou o pé do acelerador”, observa, referindo-se ao alto preço do grão, principal componente da ração dos animais.





ESPORTE FAZ DIFERENÇA?

Cada vez mais pessoas dão importância ao exercício físico como forma de evitar os riscos de um excesso de sedentarismo. No entanto, será verdade tudo o que se diz sobre os efeitos benéficos da prática desportiva?

Está demonstrado que o esforço físico programado faz com que as pessoas se sintam melhor de corpo e mente, além de fortalecer todo o sistema imunológico. Contudo, criou-se uma série de mitos ou crenças erradas que podem conduzir a práticas perigosas para a saúde do ser humano. Em outras palavras: nem tudo o que se diz sobre as atividades físicas deve ser tomado ao pé da letra. Veja ao lado algumas ideias bem disseminadas sobre os treinos e uma resposta, com base no que a ciência conhece a respeito.

Qualquer exercício físico é adequado para a saúde

FALSO

Tudo depende da condição física de cada pessoa, bem como da frequência e intensidade da atividade que pratica. Principalmente, é preciso levar em conta que um treino intenso realizado de forma inadequada pode prejudicar gravemente a saúde.

Fazer atividade física é a única forma de emagrecer

FALSO

Para perder peso, é preciso, em primeiro lugar, alterar os hábitos alimentares. A atividade física é um excelente complemento para fortalecer os músculos e ajudar a queimar calorias. Quando se pretende emagrecer, de nada serve fazer uma hora de bicicleta e, logo depois, comer um enorme prato de macarrão.

Por outro lado, é preciso recordar que, quando se inicia uma prática esportiva regular, o normal é aumentar ligeiramente de peso, devido ao desenvolvimento dos músculos, que pesam mais do que a gordura.

Fazendo desporto, pode comer-se de tudo

FALSO

Se se pratica muito exercício físico, o risco de engordar comendo de tudo é menor. Nada de exageros, entretanto. A seguinte regra é bem simples: se você comer mais calorias que consegue queimar, é claro que vai engordar.

Dor muscular é sinal de um treino bem feito

FALSO

As dores são, em geral, resultado de pequenas rupturas que se produzem no tecido dos múscu-

los, quando estes são sobrecarregados. Isto ocorre quando se faz um esforço a que o corpo não está habituado. Portanto, aquilo que as dores indicam é que o treino foi excessivo ou mal executado. Não são um bom sintoma, e devem ser evitadas.

A melhor receita contra as dores é repetir os mesmos movimentos que as provocaram

PELO CONTRÁRIO

Os músculos danificados precisam se recuperar. Se voltarmos a fazer os mesmos exercícios, corremos o risco de aumentar a extensão das lesões. As microrupturas musculares curam-se sozinhas, mas é conveniente apoiar o processo curativo com exercícios suaves, como alongamentos lentos, exercícios de ginástica ligeiros ou natação. Estes movimentos melhoram a irrigação sanguínea da zona lesionada e aceleram a recuperação.



A salvação vem do morango

Cultivo do fruto permite que produtores de Tijucas do Sul e arredores paguem as dívidas herdadas após fechamento de abatedouro de frango

Por Carlos Guimarães Filho



Na altura do Km 15 da PR-281, que corta o município de Tijucas do Sul, na Região Metropolitana de Curitiba, o transeunte que observa a propriedade da família Piske Precoma apostaria que eles são grandes produtores de frango. Afinal, da beira da rodovia é possível avistar três imensos aviários, cada um com mais de 100 metros de comprimento e capacidade total para alojar 44 mil aves. Porém, basta um olhar mais apurado para perceber que a parte interna das estruturas está tomada por plantas – ou melhor, pés de morango.

A mudança de atividade na propriedade dos Piske Precoma ocorreu, digamos, de forma forçada. O desespero do casal Ari e Juliana, donos da área, começou em 2012, quando a empresa Diplomata fechou o abatedouro que mantinha no município de Mandirituba, distante 50 quilômetros de Tijucas do Sul, destino das aves. Um ano antes, por exigência da própria empresa, o casal havia realizado um investimento significativo na modernização dos aviários.

“A Diplomata fez exigências para todos os produtores, que precisavam modernizar e adequar os criadouros de aves. Nós tiramos um empréstimo no banco para cumprir o que foi pedido. Quando a empre-

sa fechou, ficamos com uma dívida de R\$ 170 mil”, recorda Juliana.

Diante das estruturas ociosas e a pressão do banco pelo pagamento do empréstimo, os Piske Precoma, assim como muitos produtores que alojavam frango na região, decidiram apostar no cultivo de morango como alternativa de renda. A escolha pela cultura teve como base o investimento inicial relativamente baixo e a possibilidade de utilizar dois dos três galpões, até então ociosos, como estufa.

“Nós sempre trabalhamos com agricultura. O morango foi a forma de continuar sobrevivendo da terra, começar a pagar as dívidas herdadas do frango e também tirar o sustento para o dia a dia”, conta, agora, a sorridente Juliana, que também produz cogumelos em três estufas instaladas dentro do terceiro galpão.

Atualmente, a propriedade conta com 17 mil pés de morango espalhados pelas duas estufas – mais oito mil que são produzidos no campo. Destas imensas lavouras saem 600 caixas/mês do fruto -- cada uma com 1,2 quilo. A produção é embalada no próprio local, antes de seguir para Joinville, em Santa Catarina. “Agora estamos pagando as contas com o morango”, enfatiza Ari.



Retrato macro

A família Piske Precoma é uma dentro de um universo enorme que migrou para o cultivo do morango diante da crise no frango. De acordo com o secretário de agricultura de Tijucas do Sul, Antônio Arinaldo Rocha, a produção do fruto avança de forma rápida no município. “A maior parte que aderiu [ao morango] era produtor

de frango. Chegamos a fazer diversas reuniões com dirigentes da Diplomata, mas as promessas nunca foram cumpridas. O jeito foi apostar no morango como solução para esse pessoal”, destaca.

No ano passado, Tijucas do Sul contava com 240 mil pés de morango. Nesta temporada, outros 170 mil pés serão plantados, prova de que a curva da cultura é crescente, com projeções ainda mais positivas para os próximos anos.

Novo negócio

A expansão do morango em Tijucas do Sul e municípios próximos tem permitido com que novos projetos de negócio comecem a surgir. A Cooperativa Agroindustrial de Produtores de Cogumelos e Demais Produtos de Tijucas do Sul e Região (Cooopertijucas), criada em 2012, já estuda iniciar a recepção da produção de morango dos associados da região, que inclui os municípios de Tijucas do Sul, Mandirituba, Quitandinha, Agudos do Sul, São José dos Pinhais e Campo do Tenente.

Atualmente, a cooperativa trabalha especificamente com a recepção, transformação e venda de cogumelos Paris, popularmente conhecidos como champignon, outra atividade que colabora diretamente na renda dos ex-avicultores.

“Como o próprio nome já diz, a cooperativa não é só cogumelo. Queremos ingressar no morango para ajudar os produtores. Se a gente conseguir comprador e tirar o atravessador, como é feito no cogumelo, quem ganha é o produtor que irá receber mais pelo fruto”, ressalta o presidente da cooperativa, Eliobas de Jesus Leandro.



A partir de 2017, crédito agrícola só com o CAR

Novas resoluções do Conselho Monetário Nacional alteram regras em assuntos do interesse do produtor rural



A partir de 26 de maio de 2017, as instituições financeiras só concederão crédito agrícola, em qualquer de suas modalidades, para proprietários de imóveis rurais que estejam inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR). A decisão faz parte de um conjunto de resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) anunciadas depois da reunião do conselho realizada em 31 de maio de 2016 – diversas delas são de interesse do setor agropecuário.

As exceções para a obrigatoriedade do CAR para o crédito agrícola são as comunidades quilombolas, comunidades tradicionais, usuários em situação regular nas Unidades de Conservação, comunidades indígenas e beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) enquadrados nos Grupos

“A” e “A/C” do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Nesses casos, será exigido o recibo da inscrição no CAR do lote individual do beneficiário. Na falta deste documento, até 30/6/2018 poderá ser apresentado o recibo da inscrição no CAR referente ao perímetro do assentamento.

O conselho é o órgão superior do Sistema Financeiro Nacional e tem a responsabilidade de formular a política da moeda e do crédito, com o objetivo de garantir estabilidade da moeda e o desenvolvimento econômico e social do país. É presidido pelo ministro da Fazenda (atualmente, Henrique Meirelles) e inclui ainda o ministro do Planejamento (Dyogo Oliveira) e o presidente do Banco Central (Ilan Goldfajn). Veja a seguir as principais resoluções.

Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a Resolução nº 4.497, que altera o direcionamento de recursos captados pelas instituições financeiras por meio da emissão de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) para operações de crédito rural.

Pela nova resolução, a partir de 1º de junho de 2016, 35% do saldo médio das LCA emitidas, independentemente do lastro, devem ser direcionados para operações de crédito rural. A nova resolução prevê que essa obrigação seja aplicada apenas aos saldos das LCA emitidas a partir dessa data.

Com a nova regra, espera-se que sejam carreados para o setor rural no próximo ano agrícola (2016/2017) cerca de R\$ 21 bilhões, sendo R\$9 bilhões para operações de custeio com taxas controladas de até 12,75% ao ano e R\$12 bilhões com taxas livres.

No cumprimento do direcionamento com taxas livres (60% dos 35% acima mencionados), as instituições financeiras passam a poder incluir os financiamentos para as agroindústrias, nas modalidades comercialização, beneficiamento e industrialização de produtos de origem agropecuária e de insumos utilizados na atividade agropecuária.

Foi estabelecida regra de transição para as instituições financeiras com Patrimônio de Referência nível 1 (PR1) de até R\$1,5 bilhão, que poderão deduzir da base de cálculo do direcionamento os saldos das novas captações, conforme a seguir:

- a) de 1º/6/2016 a 31/5/2017: R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais);
- b) de 1º/6/2017 a 31/5/2018: R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais);
- c) de 1º/6/2018 a 31/5/2019: R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); e
- d) a partir de 1º/6/2019: R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).

O CMN aprovou também a criação do Depósito Interfinanceiro vinculado ao Crédito Rural com Recursos de LCA (DIR-LCA), para permitir às instituições financeiras repassar recursos desse direcionamento a outras instituições.

Proagro Mais

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou também a Resolução nº 4.495, introduzindo no Manual de Crédito Rural (MCR) o conceito de “garantia de renda mínima” no âmbito do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar (Proagro Mais).

O termo “garantia de renda mínima” foi introduzido pela Lei nº 8.171/1991, que dispõe sobre a política agrícola e sobre as

regras gerais aplicáveis ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro). O conceito introduzido na resolução busca assegurar ao agricultor familiar meios para manter sua subsistência em caso de perdas de receitas em consequência de fenômenos naturais que atinjam negativamente a lavoura, limitado a R\$20.000,00.

A resolução definiu também que o modo de cálculo das indenizações, pelo Proagro Mais, relativas à parcela do crédito de investimento rural, deve ser proporcional à efetiva aplicação das parcelas de crédito, regra que também é aplicada para o cálculo das parcelas de recursos próprios.

Prorrogação de prazo coordenadas geodésicas

A Resolução nº 4.496 altera os valores de referência e as datas de vigência da obrigatoriedade de registrar no Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor) as coordenadas geodésicas de empreendimento rural financiado.

Conforme Resolução nº 4.427, de 25 de junho de 2015, as instituições financeiras estavam obrigadas a registrar no Sicor as coordenadas geodésicas das operações de crédito rural, a partir de 1º de julho de 2016, para operações de valor acima R\$ 40 mil.

A nova resolução prorroga para 1º de janeiro de 2017 o prazo para os financiamentos entre R\$ 40 mil e R\$ 120 mil, normalmente destinados a produtores de menor porte, que estão tendo dificuldade em fornecer os dados sobre as coordenadas geodésicas dos empreendimentos na hora de contratar os financiamentos.

As coordenadas geodésicas de empreendimentos relativos a financiamentos acima de R\$ 300 mil já são registradas no Sicor desde 1º de janeiro de 2016. Os dados daqueles financiamentos com valor acima de R\$ 120 mil e inferior a R\$ 300 mil passam a ser registrados a partir de 1º de julho deste ano, conforme já prevê a Resolução 4.427.

Crédito para cooperativas

Já a Resolução nº 4.494 estabelece os limites aplicáveis à concessão de crédito rural às cooperativas de produção agropecuária com recursos controlados, com exceção daqueles provenientes de fundos constitucionais, observada a nova definição das finalidades de crédito rural, fixada no art. 11 do Decreto nº 58.380, de 10 de maio de 1966, com a alteração realizada pelo Decreto nº 8.769, de 11 de maio de 2016, especialmente em relação aos créditos para industrialização da produção rural, apartados do crédito de custeio rural.

De acordo com a nova resolução, os bancos devem observar os limites citados da tabela a seguir na hora de conceder crédito a cooperativas de produção agropecuária.

Da lavoura à paçoca

Amendoim pode ser alternativa interessante para quem deseja diversificar a produção

O amendoim é considerado uma cultura de pouca expressão econômica no Paraná, porém, sua presença é uma constante, principalmente nesta época do ano quando nos aproximamos das festas juninas, onde as paçocas, pés de moleque e outras iguarias tem lugar garantido ao lado do quentão, do pinhão e das quadrilhas.

Apesar de passar quase despercebido quando o assunto é agronegócio, o consumo de amendoim vem crescendo no Brasil, bem como suas exportações. De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Cacau, Amendoim, Balas e Derivados (Abicab) no intervalo entre 2010 e 2015 o consumo interno cresceu mais de 13%, e as exportações impressionantes 244,4%. Dentre os principais destinos do amendoim brasileiro estão o Peru, a Venezuela e a Itália.

No Paraná, segundo dados do Depar-

tamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (Seab) a cultura ocupa atualmente uma área de 1.900 hectares, uma redução de 13% em relação à área ocupada em 2015, que foi de 2.180 ha. A produção estimada para a safra atual é de 4.800 toneladas, volume 9% menor do que o que foi colhido ano passado, 5.300 ton.

Essa redução na área destinada ao amendoim pode ter explicações sazonais e de mercado. Na opinião do produtor rural Aguinaldo Fuline, proprietário de uma cerealista em Tupássí (região Oeste), a expectativa de bons ganhos com a soja fez com que muitos produtores de amendoim migrassem para a oleaginosa nesta safra de verão. Como a época de plantio do amendoim é setembro, as culturas concorrem entre si.

Na região de Tupássí a espécie culti-

vada é o amendoim cavalo, que tem um ciclo de sete meses, considerado longo pelos produtores. “Fica sete meses na terra comendo o dinheiro da gente”, reclama Fuline. Segundo ele, na sua região já houve mais de 60 mil hectares destinados ao amendoim, mas, este ano, a cultura conta com cerca de 50 hectares apenas. Um hectare de amendoim cavalo rende cerca de 200 sacas de 25 kg, segundo ele.

Em sua cerealista, Fuline recebe a produção local e vende para fabricantes de doces em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Curitiba. Quando a produção falta no Paraná, ele busca em São Paulo, maior produtor nacional. Este ano, ele mesmo não vai plantar, pois está investindo em novas máquinas para a empresa.

Apesar de contar com quatro cerealistas que trabalham com amendoim, Tupássí não aparece no radar econômico



da atividade. De acordo com o Deral, a produção paranaense se concentra na região de Paranaíba, que responde por 50% do amendoim produzido no Estado. Essa concentração se explica pela relação que a leguminosa tem com a cana-de-açúcar, que é cultivada amplamente na região. É comum o amendoim ser utilizado na rotação de cultura da cana-de-açúcar.

Os canaviais têm uma vida útil de cerca de cinco anos de produção. Após esse período ele deve ser derrubado e plantado novamente. No intervalo é comum que produtores e usinas utilizem o amendoim como uma espécie de “adubo verde”, pois melhora as condições físicas e químicas do solo. Ajuda a fixar nitrogênio e facilita o enraizamento posterior da cana. Como é uma cultura de verão, ele protege o solo das chuvas e não atrapalha o ciclo próprio da cana, que começa a ser plantada em meados de maio – é colhido antes disso, entre fevereiro e abril.

Essa é a estratégia do produtor Luiz Aparecido Ereno, de Paranaíba. Há 10 anos na atividade, ele pretende cultivar este ano mais de 700 hectares de amendoim, que são plantados na entressafra das parcelas dos canaviais.

Diferente do produtor de Tupãssi, ele cultiva a variedade chamada runner, que tem ciclo mais rápido, de 120 dias. A produtividade esperada é de cerca de 200 sacas de 25 kg por hectare. A produção é toda direcionada para indústrias de doce e empacotadoras.

Indústria

Uma das indústrias que poderia receber os grãos do produtor Ereno é a Select Amendoim, que processa a variedade runner. Localizada em Tupãssi, a empresa atua desde 1998 na produção de derivados de amendoim. Hoje, segundo o presidente Ednilson Araújo Frese, a Select é a maior processadora de amendoim do Sul do Brasil.

A maior parcela da matéria-prima utilizada na produção de amendoins torrados granulados e de pasta de amendoim vem de produção da própria empresa. O restante vem de produtores do Paraná e de outros Estados. Segundo Frese, existe um projeto sendo iniciado para fomentar a produção amendoeira através da adoção do amendoim na rotação de culturas para o melhor aproveitamento de áreas degradadas.

Na opinião do dirigente, hoje o setor vive um bom momento. “Temos um mercado firme, crescente e com alta demanda de mercadoria”, avalia. Segundo ele, o amendoim sofre sem políticas regionais adequadas. “Ela se tornou uma cultura a nível mundial, deveria ter mais políticas de registro de produtos e incentivos fiscais para aumento de produtividade”, diz.

Toxinas controladas

Uma das grandes preocupações referentes ao consumo do amendoim é a presença de toxinas como a aflotoxina, produzida quando o grão é contaminado pelos fungos *Aspergillus flavus* e *Aspergillus parasiticus*. Dependendo da dose e da frequência com que são ingeridas, essas toxinas podem ser fatais.

A ocorrência é maior no amendoim do que em outros grãos porque é o produto preferido pelo fungo e, também, porque muitas vezes há demora no período de secagem, após o arranque, o que favorece o aparecimento de fungos.

Hoje, no entanto, essa questão é muito menos preocupante, pois existe um controle rígido dos órgãos de fiscalização, como Anvisa, que atestam a qualidade da produção. Segundo Frese, hoje também é possível rastrear a produção da lavoura até a indústria. “Temos laboratório próprio e laboratórios credenciados que dão suporte à qualidade e à sanidade da produção. Esse assunto já está superado pelos investimentos na indústria e no campo”, observa.



Dividir custos para multiplicar lucros

Grupos de produtores se unem para compartilhar experiências e fazer compras coletivas de insumos



Renato A. T. de Macedo Cruz, Roberto Cunha, Rodolpho Botelho, Pellisson Kaminski (assistência técnica) e Vinícius Abreu durante viagem técnica aos EUA

A união também faz a força e a diferença no campo. No Paraná, não faltam exemplos de grupos de produtores e condomínios que se formaram com a finalidade de garantir uma produção cada vez mais eficiente. É o caso do Grupo Agrass, de Guarapuava, na região Centro-Sul do Paraná. Há 16 anos, os amigos Rodolpho Luiz Werneck Botelho, Roberto Eduardo Nascimento Cunha e Renato Augusto Taques de Macedo Cruz, que são engenheiros-agrônomo e produtores rurais, decidiram formar o grupo com o objetivo de trocar experiências e informações sobre o manejo das lavouras, contratar uma assistência técnica permanente e realizar a compra e venda de produtos em conjunto.

Na época, mais seis produtores se juntaram aos três para alugar um conjunto de salas comerciais no Centro de Guarapuava e também contratar uma secretária e um contador. “Inicialmente, o nosso principal objetivo era compartilhar informações em relação ao manejo e o uso de tecnologias, entre outros assuntos”,

conta Rodolpho. Na Fazenda Capão Redondo, em Candói, a 47 quilômetros de Guarapuava, ele produz soja, milho e trigo, cria bovinos da raça Angus, ovinos da raça Texel, cavalos da raça Crioulo e faz a Integração Lavoura Pecuária Floresta (ILPF).

No decorrer dos anos, os produtores perceberam que a compra coletiva de produtos agropecuários poderia ser vantajosa para todos os membros do grupo. Calcário, adubo, glifosato, sementes de milho, entre outros, fazem parte dessa lista. “Com o grupo nós conseguimos melhores condições e descontos por causa do volume de compra. Recentemente, por exemplo, compramos um fungicida e conseguimos 17% de desconto”, relata Roberto, produtor de soja, milho e feijão para semente em Pinhão, a 40 quilômetros de Guarapuava.

De acordo ele, outro benefício é o fato de os produtores, que também são agrônomos, contarem com a constante assistência técnica de um engenheiro-agrônomo em suas propriedades

rurais. “Esse profissional faz a vistoria das lavouras entre sete (durante o pico das safras) e 15 dias. Nesse mesmo intervalo, o grupo se reúne para discutir os principais assuntos do setor e o andamento das lavouras”, acrescenta Renato, que cultiva soja, milho, trigo e batata em Guarapuava.

Segundo Rodolpho, na última reunião do grupo, os produtores começaram a fazer o planejamento para a próxima safra e discutiram os resultados da safra passada. Na pauta, custo de produção das culturas, o efeito dos fungicidas na cultura de soja, variedades de milho, adubação, entre outros. A ideia de trabalhar em grupo, seja em associações ou condomínios, resulta em uma série de benefícios, uma vez que permite ações conjuntas e troca de informações entre os produtores. “Dessa forma, aprimoramos o nosso conhecimento”, afirma Botelho.

O grupo também promove cursos de capacitação nas propriedades, giro de campo e visitas técnicas. Além disso, os produtores realizam trabalhos técnicos de pesquisas com universidades e pesquisadores nas fazendas.

O trabalho em grupo ao longo desses anos também resultou na construção de armazenamento nas propriedades, que possuem unidades de recebimentos com toda a estrutura de armazenagem, secagem e classificação dos grãos. “Isso garante maior independência ao grupo, ganho logístico e melhora a nossa rentabilidade”, observa Rodolpho.

Hoje, cada integrante do grupo paga mensalmente os custos da assistência técnica de acordo com o tamanho da sua propriedade (o preço é cobrado por hectare), além dos custos fixos, como a manutenção do escritório. “A maioria dos grupos

se acaba ao longo dos anos, mas o nosso está cada vez mais ativo”, destaca Roberto.

Condomínios de armazenagem

Outro exemplo de que o trabalho em grupo faz a diferença ocorre em Palotina, no oeste paranaense. Lá, os produtores se organizaram em sistemas de condomínio para driblar os gargalos na armazenagem de grãos, tema de reportagem na edição passada do Boletim Informativo (1346).

Há quatro anos, um grupo de oito produtores fundou o condomínio Agro Paraíso, com uma capacidade para armazenar mais de 20 mil toneladas de grãos. Segundo o gerente do condomínio, Antônio Marcos Galli, os investimentos somaram R\$ 7,2 milhões e já há um projeto no valor de R\$ 1,5 milhão para ampliar a capacidade dos silos para 27,6 mil toneladas de grãos.

Os produtores comemoram os resultados. “Até a fundação do condomínio, havia uma série de obstáculos na hora de armazenar o nosso produto, como a falta capacidade de armazenamento nas unidades de recebimento de grãos na região. Além disso, tinha o custo com a logística e as cooperativas pagavam o preço que queriam pelo nosso produto”, compara Antônio.

Hoje, o grupo consegue o melhor preço na hora de comercializar os grãos e trabalho em sistema de condomínio resultou num lucro entre 5 e 6% maior. Somente em Palotina, há mais dois condomínios nessa modalidade de armazenagem, Agro 5000 e Agro Palotina, e mais dois estão em fase de construção e implantação.



TRÓPICO DE CAPRICÓRNIO

Bebida tropical

Empresa de Jacarezinho faz “ponte” entre produtores de cafés especiais do Norte do Paraná e consumidores exigentes, que pagam mais pela qualidade

Por André Amorim

A história da produção cafeeira no Paraná é marcada pelo estigma histórico da geada negra de 1975, que dizimou os cafezais da região Norte do Estado, mudando violentamente a situação geopolítica regional e colocando a atividade em situação desfavorável durante décadas.

Nos últimos anos, a cafeicultura paranaense vem ressurgindo aos poucos, com foco na qualidade, mirando o mercado de cafés especiais. Em 2012, a região do Norte Pioneiro conquistou a condição de Indicação Geográfica de Procedência (IGP), que caracteriza sua produção de acordo com os processos de cultivo, aroma e sabor, conferindo identidade própria ao grão produzido na região.

Agora uma nova forma de trabalhar essa identidade e valorizar a qualidade do café do Norte paranaense está tomando forma. A iniciativa de um produtor de Jacarezinho está fazendo a ponte entre uma produção de alta qualidade e um mercado consumidor exigente. “Se você faz qualidade e não tem pra quem vender, agora tem. Se você produz qualidade e não tem preço, agora tem”, declara o

engenheiro-agrônomo e cafeicultor, Luiz Saldanha, sócio diretor da Capricórnio Coffees.

Fundada em 2015, a empresa tem como missão promover o desenvolvimento sustentável de uma nova origem de cafés localizada na região brasileira atravessada pelo Trópico de Capricórnio, que abrange o Norte do Paraná e o Sul de São Paulo. Segundo o site da empresa, trata-se da fronteira limite ao Sul para a produção mundial de cafés especiais. Em geral, os cafés de alta qualidade são produzidos em regiões mais ao Norte e em grande altitude – esses são dois dos paradigmas que a Capricórnio Coffees pretende transformar.

“Essa região em torno do trópico tem o grande potencial para qualidade. Trata-se da única região do mundo que produz café em clima subtropical”, postula Saldanha. Segundo ele isso é possível por que a região tem as estações do ano bem definidas. Com isso, o período de maturação dos grãos ocorre com grande amplitude térmi-

ca e temperaturas baixas durante a noite, o que favorece a qualidade.

Outro conceito colocado à prova pela empresa é que cafés especiais precisam, necessariamente, de grandes altitudes. É sabido que os produtores tradicionais de cafés especiais, como Colômbia e Sul de Minas Gerais, têm seus cafezais a uma altura de 1.800 m e 1.200 m, respectivamente. “Aqui trabalhamos com uma realidade entre 500 m a 800 m”, afirma o empresário.

Sucesso nas feiras internacionais



Apresentação de cafés especiais a clientes australianos



Cafés da Capricórnio Coffees em degustação nos Estados Unidos

A rigor, a empresa é uma exportadora de café. “A gente avaliava o mercado e via que faltava um elo na cadeia. Existia qualidade, mas era preciso exportar esse café”, conta o proprietário. Para suprir essa lacuna, a Capricórnio Coffees atua em duas frentes, orientando o produtor a produzir um café de boa qualidade e buscando mercados que paguem mais por isso.

Dessa forma, a empresa adquire os bons cafés da região, padroniza essa produção e leva para feiras e clientes fora do país até encontrar aquele que pague mais pela qualidade desse produto. “Não é como uma cafeira que compra na safra e paga mais barato. A Capricórnio carrega esse estoque até achar um comprador que pague mais por esse café”, afirma Saldanha, que já foi presidente da Associação de Cafés Especiais do Norte Pioneiro do Paraná (ACENPP), sub-gerente da Câmara Setorial de Cafeicultura do Paraná e atualmente integra a Comissão Técnica de Cafeicultura da FAEP.

Segundo ele, só em 2016 a empresa já levou a produção a feiras e clientes na Holanda, Polônia, Estados Unidos e Austrália. Uma ferramenta valiosa nesse processo são testes cegos com possíveis compradores. “Quando eles provam e sentem a qualidade, quase não acreditam que aquele café foi produzido a uma altitude de até 800 metros”, afirma.

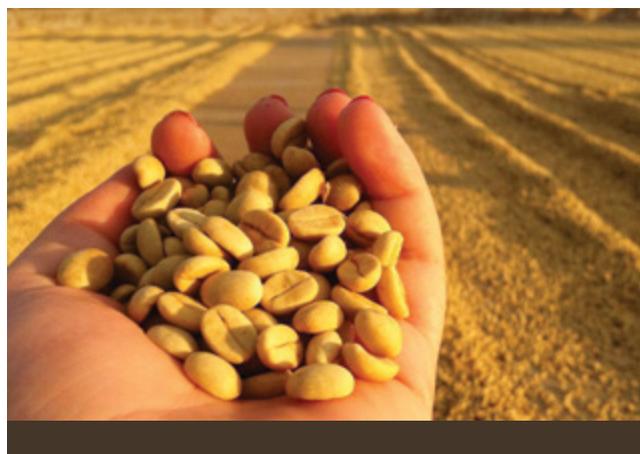
Desde agosto do ano passado, quando foi criada, a Capricórnio Coffees já exportou mais de 5 mil sacas de cafés especiais para Europa, América do Norte, Ásia e Oceania. Para agregar valor à produção a empresa atua também na orientação dos produtores. Em seu time estão três engenheiros-agrônomo que vão a campo para levar aos produtores as recomendações para produzir com o máximo de qualidade. Esse trabalho ultrapassa a lida na lavoura e passa pela fase após a colheita, para que a secagem e a torra sejam feitas de maneira adequada.

“Trata-se de um círculo virtuoso, quando o produtor agrega valor e qualidade à produção recebe mais, investe em mais tecnologia, melhora sua produção e assim vai”, observa Saldanha.

Hoje a empresa trabalha com 180 produtores do Norte do Paraná e Sul de São Paulo. Um deles é o cafeicultor Ronaldo Casado Figueiredo, de Abatiá. Parceiro da empresa desde que esta iniciou as atividades, ele acredita que esse modelo de negócio – que premia a qualidade da produção – veio para ficar. “É um negócio pioneiro, esse sistema de venda futura, de travar preço, não tinha na região”, avalia o produtor que já negociou sua produção de 2016 e 2017.

Quarta geração na cafeicultura, Figueiredo cultiva uma área de 22 hectares com uma produtividade média de 800 sacas de café beneficiado no Sítio Santa Olímpia, que está localizado a uma altitude de 650 m. Com manejo semimecanizado e foco na qualidade, ele conta que não precisou alterar seu sistema de produção para se adequar aos parâmetros de qualidade da empresa. “Já trabalhava com o projeto dos cafés do Norte do Paraná, então já estava encaminhado”, diz.

No ano passado ele negociou três lotes com a empresa. “Um dos lotes eu sei que foi para os Estados Unidos”, conta. Antes de Capricórnio Coffees, ele negociava no mercado regional, mas o preço não animava. “Hoje, se o mercado está pagando R\$ 350,00, a Capricórnio paga R\$ 600,00, mas tem que ter qualidade”, afirma.



Interatividade nas aulas

Seminários Agrinho levam capacitação a professores de todas as regiões do Paraná



A pedagogia da transmissão, sala de aula interativa, a dinâmica planetária e sustentabilidade foram os temas abordados durante o seminário regional de capacitação da metodologia do Programa Agrinho, do SENAR-PR, realizado em Assis Chateaubriand, região Oeste do Paraná, no último dia 24 de abril.

Desde o início de abril, os seminários percorrem o Estado reunindo professores da rede pública com o objetivo de disseminar o conhecimento e renovar as atividades desses educadores em sala de aula.

Durante o encontro em Assis Chateaubriand, no período da manhã, a pedagoga e Phd pela Universidade Aberta de Portugal, Edmeia Santos, ministrou a palestra “Pedagogia da transmissão e sala de aula interativa”. No início do encontro, a pedagoga promoveu uma atividade interativa com os educadores para estimu-

lá-los a repensarem o conceito de comunicação dentro da sala de aula. “Diante do atual mundo virtual, o grande desafio para o professor em sala de aula é formar autores, alunos que leiam, escrevam e se comuniquem”, observou.

De acordo com ela, numa sociedade em constantes transformações, o conhecimento é cada vez mais volátil e flexível. “Como pode o professor mediar e articular a construção e (re) construção dos saberes se a sua qualificação não acompanhar tais mudanças?”. Segundo ela, na sociedade da informação ou na cibercultura cresce a fragilização da escola e da universidade no cumprimento de sua função social de formar cidadãos esclarecidos. “Uma explicação para essa fragilização é certamente a sala de aula, que não estimula a participação colaborativa dos aprendizes na construção do conhecimento”.



Nesse contexto, a pedagoga disse que hoje é necessário repensarmos o papel da escola como um de educação significativa que possa não só acompanhar as mudanças societárias, mas, sobretudo, compreender e transformar por intermédio dos sujeitos/atores e atrizes a sociedade na qual estamos inseridos. “Dessa forma, é que a formação do professor representa um passo significativo para transformarmos a escola em um ambiente significativo de construção de saberes e conhecimentos úteis para a vida cotidiana. A própria atividade docente deve ser incorporada ao processo formativo dos professores e professoras. É preciso investir em práticas pedagógicas em que a autonomia e a reflexão sobre a ação sejam pressupostos básicos. Se o conhecimento contemporâneo é tão incerto, precisamos formar professores e professoras capazes de gerir seus próprios saberes e fazeres pedagógicos”, disse.

No período da tarde, o engenheiro-agrônomo Cleverson Vitorio Andreoli, consultor da Organização das Nações Unidas (ONU) na área ambiental, autor de 30 livros na área, ministrou a palestra “Dinâmica planetária e sustentabilidade”. O especialista apresen-

tou um panorama do planeta desde a origem, formação da vida e da evolução da biodiversidade. Ele também abordou sobre os impactos ambientais e como eles estão relacionados com os impactos sociais e econômicos.

Segundo Cleverson, para reduzir os impactos ambientais precisamos reduzir a pressão sobre os recursos naturais, com práticas sustentáveis e distribuição de riqueza. Não há solução para a sustentabilidade que não passe por uma alteração da forma de produção. Nós temos que começar a adotar métodos mais equilibrados de vida, como, por exemplo, diminuir o consumo e produzir menos lixo”, avaliou.

Outros seminários estão programados para acontecer em Pato Branco (07 de junho) e o último será realizado em Guarapuava (confira quadro abaixo). O objetivo é capacitar 4,5 mil pedagogos de todas as regiões do Estado. Além desses seminários o SENAR-PR oferece também capacitação na modalidade Educação à Distância (EaD) aos professores da rede estadual desde 2011. Até o ano passado foram capacitados 23 mil professores.

PROGRAMA AGRINHO 2016

Agenda seminários regionais

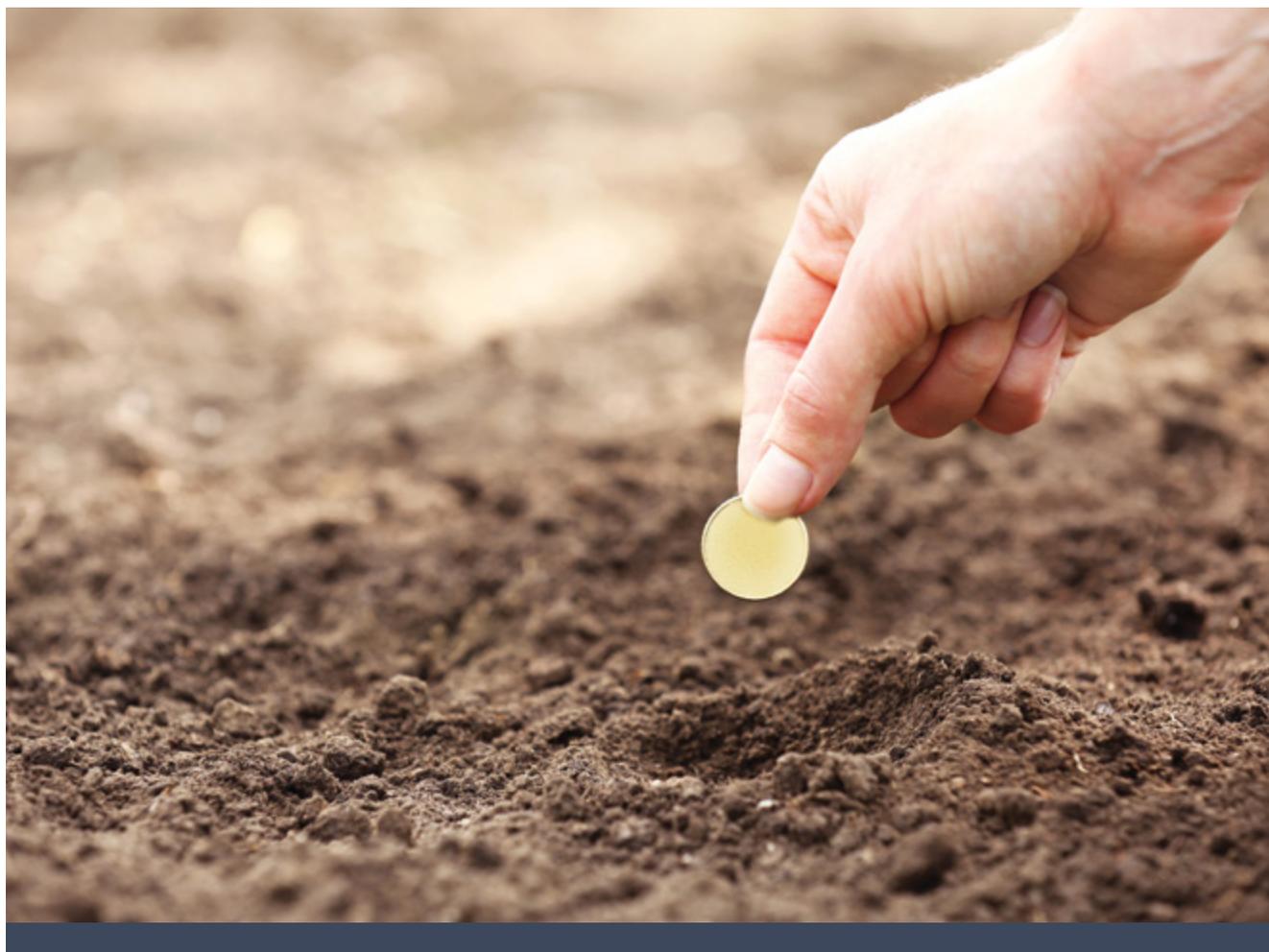
Palestra Magna / Tema	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-Feira
MANHÃ - ARACI ASINELLI DA LUZ Adolescência, metodologias de ensino e desenvolvimento humano TARDE - SUZETE TEREZINHA ORZECOWSKI Aprendizagem Colaborativa	14/06 LARANJEIRAS DO SUL	15/06 PITANGA	16/06 GUARAPUAVA

Programa Agrinho

Desde 2009, o Programa Agrinho mobiliza professores e alunos nas escolas públicas e particulares no Paraná. Esse ano o programa está presente em 330 municípios paranaenses; 3.443 escolas públicas e 204 particulares; envolvendo 687 mil alunos da rede pública e cerca de 31,8 mil da rede particular com o tema “As coisas que ligam o campo e a cidade e o nosso papel para melhorar o mundo”.



Prorrogação de Crédito Rural



Agentes financeiros recebem pedidos de renegociação de dívidas de suinocultores, produtores de mandioca e de outras atividades.

Os produtores rurais que tiveram redução da capacidade de pagamento devido aos problemas climáticos como chuvas excessivas ou aos aumentos do custo de produção estão protocolando nos agentes financeiros os pedidos de prorrogação de parcelas de custeio e investimento.

Segundo algumas fontes do mercado bancário, a suinocultura e a mandiocultura são as que mais têm demandado renegociações, seguidas de bovinocultura de leite, dentre outras atividades.

Vale lembrar que o Manual do Crédito Rural (MCR) determina a prorrogação da dívida, aos mesmos encargos financeiros antes pactuados no instrumento de crédito, desde que se comprove

incapacidade de pagamento ao mutuário, em consequência de:

- a)** dificuldade de comercialização dos produtos;
- b)** frustração de safras, por fatores adversos;
- c)** eventuais ocorrências prejudiciais ao desenvolvimento das explorações.

Além disso, os agentes financeiros calculam toda a renda proveniente da venda da produção obtida e de seguros em caso de perdas e esses valores são amortizados nos financiamentos.

As análises de prorrogação são feitas “caso a caso” e os pedidos devem ser protocolados nos agentes financeiros com no mínimo 15 dias de antecedência do vencimento da parcela.

Nos financiamentos de investimento, a prorrogação do valor das parcelas do principal com vencimento no ano pode ser incorporado ao saldo devedor e redistribuído nas parcelas restantes,

ou ser prorrogado para até 12 meses após a data prevista para o vencimento vigente do contrato, mantidas as demais condições pactuadas.

Nem todas as linhas de investimento são prorrogáveis, recomenda-se consultar o gerente do agente financeiro. O MCR não prevê prorrogação aos financiamentos com recursos de fundos e programas de fomento, que estão sujeitos a normas próprias.

A FAEP encaminhou ao governo federal e parlamentares* ofício solicitando alterações no Manual do Crédito Rural, que estabelece à instituição financeira, conforme seu critério e nos casos em que ficar comprovada a incapacidade de pagamento, a possibilidade do mutuário renegociar as parcelas de crédito

de investimento rural contratadas com recursos repassados pelo BNDES e equalizadas pelo Tesouro Nacional. No entanto, essa regra não se aplica a algumas modalidades de investimento.

Diante disso, a FAEP solicitou a criação de normas para que as operações vincendas e vencidas neste ano de 2016 de investimento rural como as linhas BNDES PSI, FINAME PSI, FINAME AGRÍCOLA, FINAME AGRÍCOLA – LINHA ESPECIAL possam ser renegociadas conforme as condições vigentes no MCR.

* *Ministro da Agricultura, Blairo Maggi – MAPA; Secretário de Política Agrícola, Neri Geller - SPA/MAPA; Marcos Montes, Presidente da FPA; Bancada paranaense da FPA*

FINANCIAMENTO

Para reverter a crise

Em ofício enviado ao Ministério da Agricultura, FAEP pede medidas que facilitem acesso ao Moderfrota

Diante da dificuldade de acesso à linha de crédito do Programa Moderfrota do BNDES nos agentes financeiros, com exceção do Banco do Brasil, que tem utilizado recursos próprios para ofertar essa linha, a FAEP encaminhou ofício solicitando a intervenção junto ao Ministério da Fazenda para que sejam adotadas as seguintes medidas emergenciais.

“Temos que considerar que o setor tem o maior potencial de reverter a atual crise econômica do país, colaborando para o aumento de renda, das exportações e da criação de empregos, mas os produtores rurais têm nos relatado a dificuldade de acesso”, diz o presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette que assina o documento encaminhado ao ministro da Agricultura Blairo Maggi, ao Secretário de Política Agrícola, Neri Geller, a Bancada Paranaense e a o presidente da Frente Parlamentar da Agricultura Marcos Montes.

As medidas emergenciais são:

1. Edição de Portaria do Ministério da Fazenda até o dia 10 de junho autorizando a equalização de juros e suplementação de recursos no Moderfrota de pelo menos R\$ 1 bilhão para a atual safra 2015/16, que se encerra em 30 de junho. Essa medida, se tomada imediatamente, conseguirá atender os casos de operações represadas nos agentes financeiros.

2. Para evitar que o mesmo problema se repita na próxima safra é necessário dobrar os recursos programados no Moderfrota de R\$ 5,05 bilhões para R\$ 10,1 bilhões.

Os demais agentes financeiros só podem ofertar o Moderfrota com condições condizentes de juros e prazos do programa utilizando a fonte de recursos do BNDES. Porém, a oferta de financiamento do Moderfrota foi cortada pelo BNDES, que confirmou a informação alegando que os recursos programados para a safra 2015/16 foram esgotados. Contudo, o BNDES tem caixa para ofertar a linha de financiamento e depende apenas de autorização do Ministério da Fazenda para suplementar os recursos com juros equalizados.

No mesmo sentido, o Plano Agrícola e Pecuário estabeleceu apenas R\$ 5,05 bilhões de recursos programados para o Moderfrota na safra 2016/17 que se inicia em julho, valor insuficiente para cobrir a demanda, considerando que igual valor foi utilizado na atual safra e já se esgotou em final de abril de 2016.

Neste momento, há diversas operações de financiamento de Moderfrota paradas nos agentes financeiros, que poderiam ser liberados na atual safra 2015/16, que se encerra no final de junho.

Ivaí**Fumo**

O Sindicato Rural de Ivaí realizou nos dias 23 e 24 de março, com parceria da empresa Souza Cruz, o curso Trabalhador no cultivo de fumo - manejo conservacionista de solo. Participaram 13 fumicultores com o instrutor Cezarion Vitorino Bittencourt.

Andirá**Geleias e doces**

O Sindicato Rural de Andirá, em parceria com o CRAS do município, realizou entre os dias 3 e 4 de março o curso Produção artesanal de alimentos – conservação de frutas e hortaliças – geleias, doces de corte e doces pastosos. Participaram 14 pessoas com a instrutora Maria Luzinete Pina Zanin.

Campina da Lagoa**NR 31.8**

O Sindicato Rural de Campina da Lagoa realizou entre os dias 22 e 24 de março, o curso de Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos - norma regulamentadora 31.8. Participaram 12 produtores e trabalhadores rurais com o Instrutor Jorge Luiz Dias Alves.

Umuarama**Leite**

O Sindicato Rural de Umuarama realizou entre os dias 5 e 9 de abril o curso de Manejo de Gado de Leite. Participaram 16 produtores com o instrutor Newton Jodas Gonçalves.

Cidade Gaúcha



Pecuária Moderna

O Sindicato Rural de Cidade Gaúcha recebeu no dia 5 de abril uma capacitação da Emater voltada ao Comitê de Bovinocultura de Corte, no escopo do programa da Pecuária Moderna, da FAEP.

Ubiratã



Máquinas Agrícolas

O Sindicato Rural de Ubiratã realizou entre os dias 18 e 20 de abril o curso trabalhador da Operação e Manutenção de Colhedoras Automotrizes - colhedora axial - NR 31. Participaram 14 produtores com o instrutor Claudio Zunta.

Cornélio Procópio



Cultivo de Grãos

O Sindicato Rural de Cornélio Procópio realizou entre os dias 29 de fevereiro e 1º de março o curso: Trabalhador no cultivo de grãos e oleaginosas - soja - manejo de doenças. Participaram 12 pessoas com o instrutor Eder Paulo Arrabal Arias.

Palotina



Classificação de grãos

O Sindicato Rural de Palotina, em parceria com a Agro-Palotina, realizou entre os dias 18 e 20 de abril três cursos de Classificação de Produtos de origem Vegetal - milho, soja e trigo. Participaram 11 produtores com a instrutora Ivoneira Teixeira Rasera.



O vulcão e a república

Um dos grandes defensores da República brasileira, ainda no tempo do Império, foi o advogado Antônio da Silva Jardim. Um dos líderes do Partido Republicano, foi organizador do primeiro grande comício contra a monarquia. Depois de perder para o Marechal Deodoro e José do Patrocínio a liderança do partido que havia ajudado a criar, Silva Jardim decidiu viver por algum tempo na Europa. Em 1891, em uma excursão ao monte Vesúvio, caiu uma das fendas que se formaram no instável solo vulcânico. Patrocínio, seu ferrenho adversário político, fez um discurso fúnebre que ficaria famoso: “bela sepultura o vulcão, extraordinário destino o do grande brasileiro; até para morrer converteu-se em lava”.



Cochilos vegetais

Será que as árvores dormem depois de fazer fotossíntese durante um longo e atarefado dia?

Os cientistas já se fizeram essa pergunta, e foram a campo tentar achar uma resposta. O estudo mais detalhado foi feito por pesquisadores da Finlândia, que analisaram a posição dos galhos de bétulas, um tipo de árvore comum no hemisfério Norte. Sua conclusão foi que eles ficam mais “caídos” após o pôr do sol e voltam a esticar-se pela manhã, algo parecido, embora em escala diferente, com o comportamento de pequenas plantas e flores. Ainda é cedo para dizer se elas realmente dormem, mas a pesquisa parece mostrar que elas “relaxam” um pouquinho!

O velho parque

O parque de diversões mais antigo do mundo fica na Dinamarca. Dyrehavsbakken – ou, simplesmente, Bakken, que significa “colina” na língua local – foi criado em 1583. A princípio, as pessoas iam até o local pela qualidade das águas de uma fonte. Logo, diversos tipos de artistas passaram a frequentar o local, para entreter os visitantes. Hoje, o lugar é um parque completo, com seis montanhas russas e outras atrações modernas.



Rua pequena

Em 1883, o dono de um hotel na cidade de Wick, na Escócia, recebeu da prefeitura ordem para pintar um nome na fachada mais estreita do edifício, para que as pessoas tivessem uma referência. Ebenezer Place foi o nome escolhido, e passou a marcar um trecho de 2,05 metro. Quatro anos depois, o lugar entrou no mapa da cidade como uma rua. Hoje virou atração turística em Wick: é a rua mais curta do mundo. Só tem um único endereço, o número 1, ocupado pelo restaurante do velho hotel Mackay's.





Tobogã

A leitora Josiane, de Sertãoópolis, encontrou o besouro pronto para deslizar em uma folha de limoeiro, no quintal de casa.

Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo e-mail: imprensa@faep.com.br

Molho no lixo

Diz a tradição que os farmacêuticos ingleses John Wheeley Lea e William Henry Perrins estavam trabalhando em um condimento a ser usado na cozinha, e chegaram a uma mistura que continha vinagre, melado, açúcar, sal, anchovas, extrato de tamarindo, cebola e alho. O resultado, entretanto, ficou intragável: eles o descartaram em um barril no porão de seu estabelecimento, e o classificaram como não-comestível. O líquido ficou lá, fechado, até que Lea e Perrins foram relocar os barris do subsolo, a fim de abrir mais espaço no depósito. Foi quando descobriram que o conteúdo havia fermentado e estava com sabor agradável. Nascia assim o molho inglês.



Mudando de cor

Quando a gente pensa em animais brancos no inverno ártico, são os ursos polares que vêm à mente, certo? Pois há muitos outros bichos que usam a cor para se disfarçar – e muitos deles mudam de cor para isso. Lebres e raposas, por exemplo, deixam seu marrom-avermelhado em troca de um tom de branco quase igual ao da neve. Algo semelhante ocorre com algumas espécies de doninhas, lemingues (um tipo de roedor) e hamsters.



Mula morta

Um velho fazendeiro com sérios problemas financeiros comprou uma mula de seu vizinho por R\$ 1 mil, e concordou em receber o animal no dia seguinte. Entretanto, nesse dia, o vendedor da mula procurou com uma má notícia:

- Desculpe, mas, infelizmente, a mula morreu.
- Tudo bem. Só me devolva o dinheiro.
- Não posso. Já gastei.
- Tá bom. Então traga a mula morta mesmo.

- E o que vai você fazer com ela?
- Vou fazer uma rifa.
- Mas você não pode rifar uma mula morta!
- Claro que posso. Só não vou dizer a ninguém que ela está morta...

Passado um mês, os dois homens se encontram novamente, e o vendedor da mula pergunta:

- Que fim levou a mula morta?
- Eu fiz a rifa, como te falei. Vendi cem números, a dez reais cada.
- E ninguém reclamou?
- Só o cara que ganhou, mas eu devolvi os dez reais dele...



CURIOSIDADES PROFISSIONAIS

Por que médico tem letra feia?

Na verdade, nem todos têm letra ruim – como em toda profissão, há os que desenham cada letra e os que escrevem sem tanto cuidado. A questão é que os médicos estão muito expostos, porque sua caligrafia está em cada receita ou atestado que emite. “Quem já viu letra de engenheiro, de advogado, de contabilista?”, pergunta, em seu blog, o médico Leonardo Ferreira Fontenelle, professor de Medicina na Universidade de Vila Velha (ES). Ou seja: se esses outros profissionais tiverem letra feia, pouca gente vai ficar sabendo. Para completar, muitos médicos trabalham sob pressão do horário. Como a receita é a última coisa que fazem em uma consulta, acabam por escrever apressadamente.

Por que advogado é chamado de doutor?

Ao pé da letra, e aos olhos contemporâneos, só mesmo profissionais que completam cursos de doutorado deveriam ser chamados assim – ou seja, a maioria dos médicos e advogados estariam de fora. Contudo, a origem da palavra está em pessoas de grande conhecimento, que ensinam outras. Nesse sentido, a palavra começou a ser usada na Itália, lá pelo século XII. No

Brasil, a lei de 1827 que instituiu cursos de Direito em São Paulo e Pernambuco definia que o profissional poderia se formar com ou sem a defesa de uma tese (equivalente da época ao trabalho de conclusão de curso de hoje em dia). Essa lei também explicava que aqueles que defendessem a tese poderiam ser chamados de “doutor”. Os outros seriam apenas bacharéis.

Por que os profissionais de saúde usam roupa branca?

A razão é simples: a cor ajuda a destacar a sujeira, estimula a limpeza e, como consequência, ajuda a evitar infecções. Já nos centros cirúrgicos, usa-se verde e azul, que tendem a formar um contraste mais claro com o vermelho do sangue e dos tecidos do paciente. Com isso, os olhos dos profissionais cansam-se menos.

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável _____

SISTEMA FAEP



SISTEMA FAEP/SENAR-PR

FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br
SENAR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

A versão digital deste informativo
está disponível no site:

sistemafaep.org.br